

Entre refundar e superar o capitalismo: a ATTAC face à crise de 2008

Santiane Arias*

Resumo:

Há um bom tempo o *altermundialismo* se depara com a seguinte questão: qual é o outro mundo possível? A crise financeira de 2008 acentuou o debate. A regulamentação do mercado financeiro, eixo da configuração do movimento, tornou-se pauta da agenda dos encontros das organizações multilaterais, até então o cenário das grandes manifestações *altermundialistas*. Este artigo propõe-se, a partir do discurso da ATTAC sobre a crise mencionada, refletir sobre alguns dos elementos em jogo nesse processo de construção de alternativas.

Palavras-chave: *altermundialismo*, organizações multilaterais, projeto político, anticapitalismo, neoliberalismo, crise financeira.

Abstract:

There is a time the anti-globalization movement faces the following question: what is another world possible? The financial crisis of 2008 intensified the debate. The financial market regulation became part of the agenda of multilateral organizations, until then the scene of large anti-globalization protest. This article proposes from the discourse on the crises of the ATTAC think about of the elements involved the process of constructing alternatives.

Key words: anti-globalization movement; multilateral organizations, political project, anti-capitalism, neoliberalism, financial crisis.

* SANTIANE ARIAS é Doutoranda em Ciência Política pela UNICAMP.



Foto: Elaine Regina Aguiar Amorim

Uma oposição marcada por críticas e confluências

Ao longo dos anos 2000, temas como desigualdade de gênero, meio-ambiente, pobreza e fome foram sendo incorporados como pontos de pauta dos encontros das organizações multilaterais. A presença desses temas nas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial (BM) não mudou o quadro de intensa exploração do trabalho feminino, nem impediu catástrofes ambientais (e, conseqüentemente, humanas) acentuadas por um modelo de desenvolvimento que submete o uso dos recursos naturais à lógica de acumulação do capital, tampouco repercutiu nos dados que atestam que parte considerável da população do planeta vive com menos de dois dólares

por dia¹. É legítimo, portanto, nos perguntarmos sobre a forma com a qual esses temas foram incorporados.

¹ Sobre a particularidade da exploração do trabalho da mulher, vale consultar o texto de GONÇALVES, R. *Dinâmica sexista do capital*. Disponível <http://espacoacademico.wordpress.com/2010/03/13/dinamica-sexista-do-capital>. Como o artigo e outros dados sugerem o tema da pobreza e do gênero não estão dissociados. Os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atestam que aproximadamente 1 bilhão de pessoas vivem com o equivalente a menos de um dólar por dia, enquanto que 2,8 bilhões vivem com menos de dois dólares. Por seu turno, a Plataforma de Ação de Beijing escrita por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, na China, indica a feminização da pobreza, avaliada na época em 70%. Assim também os números sobre a desnutrição acompanham em grande medida o índice de pobreza, tocando notadamente três categorias: crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas e famílias

Num artigo sobre a questão de gênero no novo consenso de Washington², Stéphanie Treillet (2008) demonstra como os desafios da mulher na sociedade atual foram subordinados ao discurso neoliberal nos relatórios do BM. O fato da população feminina despontar nos índices dos mais baixos salários, da informalidade e do desemprego ali aparece diretamente associado ao nível de sua escolaridade. Assim sendo, uma das propostas da organização é a extensão do ensino primário e secundário, pensado a partir da dinamização do mercado escolar e não da universalização do ensino público e gratuito como direito. A emancipação da mulher obedece ao anseio de uma maximização dos recursos humanos, do qual dependeria o desenvolvimento dos países pobres. A formação é, segundo tal análise, um “auto-investimento” que resultaria em melhores empregos e maiores salários. Além do foco no mercado, os relatórios segmentam os grupos segundo diversos níveis de pobreza, despolitizando as causas da desigualdade de gênero (TREILLET, 2008). Ocorre que muito das análises e dos projetos que daí resultam considera a mulher um prolongamento da família, tendo em vista notadamente sua função de mãe, mantendo intocado a divisão sexual dos papéis sociais.

monoparentais, normalmente formadas por mães solteiras (ATTAC, 2004).

² A expressão *novo consenso de Washington* teria surgido frente às constantes crises financeiras e o frágil, por vezes nulo, crescimento econômico proporcionado pela aplicação das políticas econômicas que configuravam o chamado *Consenso de Washington*. Este último foi cunhado em 1989 por economistas ligados ao Institute International Economics num encontro que resultou na elaboração de uma dezena de medidas destina particularmente à América Latina.

Com efeito, os demais temas acima citados, assim como o gênero, adentraram os encontros das organizações multilaterais, inclusive de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), em coerência com uma de suas principais exigências, qual seja, a liberalização da economia. Não obstante os constantes impasses, assim também a questão ambiental marca presença, chamando a atenção da opinião pública. De modo que o termo desenvolvimento sustentável, adotado pela comunidade internacional desde a ECO-92³, convive lado a lado com políticas que conservam e estimulam o mesmo padrão de crescimento, produção e consumo que contrariam a realidade finita dos recursos naturais.

O porquê de questões como gênero, pobreza e ecologia terem sido incorporadas por instituições que reconhecidamente agravaram a situação das mesmas pode ser encontrado, em certa medida, na perda de credibilidade – para usar uma expressão cara às instituições financeiras – do discurso neoliberal. Estas questões se colocaram após quase vinte anos de neoliberalismo, num contexto no qual a retração do Estado e o reforço dos mecanismos de mercado foram incapazes de assegurar o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da maior parte da população – bem ao contrário, trouxeram para a cena uma seqüência de crises financeiras com fortes conseqüências sociais, entre as quais se destaca os altos índices de desemprego. Mas, é possível que nem mesmo tal cenário colocasse de pronto a necessidade de lidar com tais problemas, não fosse a mobilização

³ Conferência Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

social que se seguiu à aplicação da receita neoliberal. Nesse sentido, vale considerarmos a atuação do chamado movimento antiglobalização, que denominaremos aqui *altermundialista*⁴.

Há pelo menos uma década este movimento ocupa as ruas durante as reuniões de cúpula da OMC, Banco Mundial, G-8, G-20 e de encontros como a Conferência Climática de Copenhague, realizada em dezembro de 2009. Das marchas de protestos surgiu a proposta do Fórum Social Mundial (FSM). A primeira edição do FSM – na cidade de Porto Alegre, 2001 – ocorreu nos dias do Fórum Econômico Mundial (FEM) – realizado sempre em Davos, na Suíça. Essa simultaneidade não foi ocasional. A idéia era se colocar como uma alternativa, acentuando o aspecto social em detrimento do econômico, prioridade do FEM.

Todavia, essa oposição não deve ser pensada como um corpo de idéias e posições fechadas, coesas, plenamente conscientes e compartilhadas por todas as organizações que compõem o *altermundialismo*. Ela tampouco pode ser compreendida se não for colocada lado a lado com os acontecimentos de Seattle e Gênova⁵, as lutas nacionais, as crises financeiras, ou ainda a ocupação do Iraque. Nem todos sempre excluíram a possibilidade de diálogo, acordo e parceria com os organismos multilaterais, apesar da presença nas marchas e no Fórum Social Mundial.

⁴ O termo *altermundialista* – do francês *altermondialiste*, isto é, por outra mundialização – é usado pelo movimento em detrimento do termo *antiglobalização*. Isto porque conteria no nome a necessidade de construção de alternativas à globalização neoliberal.

⁵ As manifestações de Seattle (1999) e as de Gênova (2001) foram marcadas pelo grande número de pessoas e organizações que reuniram e pela ação violenta da polícia contra os manifestantes.

De modo que, não obstante as diferenças, as quais implicaram, por mais de uma vez, em confrontos violentos, não se pode ignorar os pontos de confluência entre certas prerrogativas das organizações multilaterais e o campo de referências a partir do qual os *altermundialistas* pensam suas alternativas. Esta confluência não é estabelecida somente pela assimilação de temas caros ao movimento por parte da OMC e do BM, é necessário considerar também o processo inverso. Como pensar as diversas taxas ambientais e financeiras propostas por organizações que compõem o *altermundialismo*, senão num quadro de referências dado, a partir do qual os excessos gerados pelo sistema financeiro podem ser questionados – economistas e políticos liberais também o fazem –, mas não a lógica do seu funcionamento.

Tendo em vista esse processo de diferenciação e aproximação, analisaremos aqui a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Auxílio dos Cidadãos (ATTAC) face à crise financeira de 2008⁶. Com isto, buscamos traçar, mesmo que ainda com cores claras, o movimento de construção de alternativas, identificando limites e potencialidades. Pois, ao contrário do que se pode imaginar, o *altermundialismo* não nasceu consciente de sua luta antiliberal e não está fadado a morrer sem que possa contribuir para a construção de um projeto anticapitalista.

A ATTAC foi criada na França em 1998, mas hoje está presente em vários

⁶ Um exemplo da importância de se considerar a conjuntura na posição do *altermundialismo* é o atentado de 11 de setembro de 2001 e a ocupação do Iraque, foi após esses acontecimentos que um discurso antiimperialista cresceu no movimento.

países, a maior parte deles na Europa. Embora seja apenas uma das muitas organizações que compõem o *altermundialismo*, a associação é representativa do movimento. Primeiro porque participou do projeto de criação do FSM, compondo o Conselho Internacional ainda hoje. Segundo porque é uma das principais animadoras do Fórum Social Europeu, tornando-se uma das faces mais públicas do *altermundialismo*, como afirmou Naomi Klein (2002). Terceiro porque tem como bandeira a taxa Tobin, uma das propostas mais conhecidas do *altermundialismo*⁷.

Para onde leva a bifurcação?

Os documentos da ATTAC deixam claro o seu inimigo: o neoliberalismo. E suas propostas de mudança vão, atualmente, além da tributação do sistema financeiro⁸. A associação, assim como o movimento *altermundialista*, afirma que outro mundo é possível. Um mundo onde a “lógica do mercado seja substituída pela lógica pública”. (MASSIAH, 2005). Mas, que sociedade é essa que não se submete às leis do mercado? A resposta varia entre os intelectuais, membros da ATTAC – trata-se: do *socialismo do século 21*, segundo Ignácio Ramonet; do *eco-socialismo*, segundo Michel Löwy; ou ainda, do *socialismo civil*, nas palavras de Thomas Coutrot. Se intelectuais ligados à ATTAC falam em seus textos

de socialismo, independente do significado que cada um atribui ao termo, o mesmo não acontece com a associação. Esta declara oposição ao neoliberalismo, reunindo nesta empreitada não apenas socialistas.

A crise de 2008 trouxe algumas novidades para o jogo político. Primeiro porque corroborou a tese da ATTAC sobre a instabilidade do sistema financeiro, explicitando o perigo da liberalização da economia para a sociedade como um todo, e demonstrando que o Estado pode sim intervir na economia – o que a associação sempre afirmou. Segundo, e aqui temos um elemento diferente, colocou a associação diante de um impasse, expresso em um dos editoriais do seu jornal *Lignes d'attac*: “relançar ou bifurcar?” Nesse sentido, os editoriais escritos logo após a crise evidenciam o esforço da ATTAC para se diferenciar do discurso dos governantes e organizações liberais. Estes textos apresentam a opinião da associação sobre capitalismo e keynesianismo, oferecendo pistas importantes para compreendermos essa outra sociedade.

Ocorre que no final de 2008, o chefe de Estado francês e, então, presidente da União Européia, Nicolas Sarkozy, fez um discurso público convocando todos à refundação do capitalismo, insistindo na necessidade de regular e vigiar as instituições financeiras. Este discurso aliado à estatização de alguns dos bancos europeus tocou num ponto chave da oposição *altermundial*. Afinal, regulação, vigilância e transparência do sistema financeiro sempre foram algumas das demandas da ATTAC. A crise sem dúvida fortaleceu o argumento do movimento, mas colocou em questão a sua continuidade, posto que até Sarkozy, alvo constante de sua

⁷ A taxa Tobin é um imposto sobre a movimentação do capital no mercado financeiro. De acordo com o projeto inicial da ATTAC, a quantia arrecadada deveria servir para financiar políticas de recuperação econômica e lutas contra a pobreza, bem como políticas emergenciais de “interesse coletivo em escala mundial” (CHESNAIS, 1999).

⁸ Por exemplo: a recuperação da soberania dos Estados; um novo modelo de desenvolvimento; a anulação da dívida dos países pobres (ATTAC, 2007)

crítica, aparece em público defendendo a regulação.

Não é de hoje que o *altermundialismo* se depara com a seguinte questão: qual é o outro mundo possível? A crise financeira acentuou o debate, acirrando o impasse: deve o movimento se definir como um agrupamento amplo, reunindo todos aqueles que repugnam os excessos do neoliberalismo, ou colocar em causa os mecanismos fundamentais de apropriação e dominação capitalistas? Se a ATTAC se destacou até o momento por sua atuação contra o neoliberalismo (PLIHON, 2008), é necessário reconhecer mudanças. Os editoriais escritos pós-crise, se não falam em socialismo, deixam claro a necessidade de superar o capitalismo.

Nas palavras da associação:

“(...) a crise atual (...) mostra o limite do capitalismo, quer dizer, sua incapacidade em romper com a exploração humana e da natureza” (ATTAC, 2008a). E ainda: *“Hoje, enquanto os tenentes do sistema se ocupam em ‘refundá-lo’, numerosas vozes reconhecem que ele é insustentável a longo prazo, e que a sua superação está novamente colocada”* (ATTAC, 2008b).

Para a ATTAC, a regulação anunciada pelo presidente francês e o G20 não tem nada em comum com suas propostas. Os trechos a seguir demarcam a diferença defendida pela associação: *“Anunciando a ‘regulação’ a cada página, o G20 não toma nenhuma medida real contra os paraísos fiscais”* (ATTAC, 2008b). E acrescenta:

“quem não se reclama hoje da regulação e não exige um novo Bretton Woods? Porém, é necessário distinguir a regulação para que ‘os mercados funcionem melhor’, novo credo dos arrependidos, e a regulação para

transgredir a lógica do lucro e da mercantilização” (ATTAC, 2008a).

Algumas das propostas da ATTAC são consideradas de inspiração keynesiana, mas os editoriais analisados não apresentam um simples retorno ao keynesianismo. Vejamos: *“Já que a crise não é somente uma crise financeira, mas global, mostrando que o modelo de desenvolvimento fundado sobre a acumulação do capital esgotou sua promessa de amanhã melhores, uma regulação do tipo keynesiana, promovendo políticas orçamentárias e monetárias será necessária a curto prazo, mas deverá ser englobada numa perspectiva mais ampla (...)”* (ATTAC, 2008b). Esta deverá contar com: a socialização dos bens considerados comuns; a repartição equitativa dos ganhos e riquezas; outra concepção de desenvolvimento, pautada na de redução do tempo de trabalho, na ampliação de serviços não mercantilizados; e com o uso de energia renovável (ATTAC, 2008c).

Segundo a associação não se trata de moralizar o capitalismo ou de torná-lo “verde”, tampouco de opor o capitalismo financeiro (causa dos males) ao capitalismo industrial (a solução para a crise). De modo que:

“a ruptura que convém operar é, então, de outra ordem que aquela anunciada pelos neoliberais. Lembremo-nos que os grandes momentos revolucionários ou sociais, 1789, 1830, 1848, 1871, 1917, 1936, 1945, impulsionaram rupturas com aspirações igualitárias. Igualdade dos cidadãos contra o Antigo Regime, igualdade social contra a miséria engendrada pela industrialização e acumulação da riqueza por uma burguesia nascente, etc.” (ATTAC, 2009). E, prossegue: *“Isto não se chamaria mais relance, mas*

bifurcação, única solução razoável quando se chega a um beco sem saída” (ATTAC, 2008b).

À medida que o discurso se radicaliza as possibilidades de confluência parecem diminuir. Por certo, as afinidades existentes não devem ser pensadas apenas em termos de discurso (falso ou verdadeiro, seja ele de quem for). Mas também em termos de força política mobilizada. A crise possibilitou mudanças no posicionamento da ATTAC, mas é preciso saber se essas mudanças encontrarão eco no grupo social que compõem a associação. Disto depende a resposta para a pergunta: ser antiliberal ou anticapitalista?

Referências

- ATTAC. Édito: Le capitalisme caméléon. *Lignes d'attac*, n.71, novembre 2008a.
- ATTAC. Édito: Relancer ou bifurquer? *Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008b.
- ATTAC. Édito: Vers une rupture égalitaire. *Lignes d'attac*, n.73, février 2009.
- ATTAC. Le développement a-t-il un avenir? Pour une société solidaire et économe. Paris: Mille et une nuits, 2004.
- ATTAC. Le temps est venu: Sortons de l'économie casino! In *Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008c.
- ATTAC. Manifeste altermondialiste. Paris : Éditions mille et une nuits, 2007.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not tobin?* Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.
- KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José C; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MASSIAH, G. Un projet pour le mouvement altermondialiste. In: *L'Économie Politique*, n.25, p.49-58, 2005.
- PLIHON, D. L'altermondialisme, version moderne de l'anticapitalisme? In BIDET, J.; DUMÉNIL, G (orgs.). Dossier *Altermondialisme anticapitalisme, Actuel Marx*, n.44, Paris, PUF, 2008, p.31-40.
- TREILLET, S. L'instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Washington. In BIDET, J.; DUMÉNIL, G (orgs.). Dossier *Altermondialisme anticapitalisme, Actuel Marx*, n.44, Paris, PUF, 2008, p. 53-67.